

Uma entrevista inédita de Giannotti sobre Artigas

Por José Guilherme Pereira
Leite

No início de 2015, por ocasião do centenário de nascimento de João Batista Vilanova Artigas (1915-1985), a Escola da Cidade imaginou fazer um livro com reflexões sobre o arquiteto e sua obra. Artigas tem importância para além da Universidade, cujo curso de arquitetura e urbanismo (FAU – USP) ajudou a fundar e estruturar ao lado de Luiz Ignacio de Anhaia Mello. Tendo formado sucessivas gerações, em quarenta anos de atuação docente, seu exemplo como criador e professor espalhou-se pelo Brasil e emoldurou o projeto de muitas instituições. É o caso da própria Escola da Cidade. Ao saber daquele intento, procurei um dos colegas envolvidos e propus que a publicação contivesse um conjunto de entrevistas a respeito do concurso de Artigas para professor titular da FAU-USP, ocorrido em 1984.

Artigas foi cassado em abril de 1969. Depois de uma década errando pelo continente sul-americano, voltou a lecionar na FAU-USP em 1980, mas a reintegração gerou uma situação peculiar. No momento da cassação, Artigas era auxiliar de ensino, não detendo qualquer título como mestrado ou doutorado. Ao regressar, seu grau de carreira foi mantido sem alterações. Oficialmente, não havia problemas. Como, porém, se tratava de uma óbvia distorção histórica e política, a Congregação da FAU-USP optou pelo caminho da reparação e, para conferir a Artigas o *status* acadêmico compatível com sua envergadura, outorgou-lhe o notório saber, o que lhe deu condições de tornar-se professor titular.



Werther Santana©

Não parecia cabível propor a um dos criadores da escola que se submetesse a bancas examinadoras compostas por seus ex-alunos, pessoas formadas por ele ou na matriz curricular que ajudou a estabelecer em 1948 e cuja reconfiguração liderara em 1962. Ademais, de certa maneira, isso ratificaria os efeitos deletérios das aposentadorias compulsórias levadas a cabo pelo Regime Militar. O concurso que o fez titular aconteceu em junho de 1984. A Banca foi composta por Eduardo Kneese de Mello – arquiteto veterano e colega de Artigas em diversas aventuras projetuais e docentes; Flávio Motta – educador convertido aos estudos de história da arte e não menos lendário que o próprio Artigas; Milton Vargas – o grande pensador da técnica da Escola Politécnica da USP; Carlos Guilherme Motta – o membro mais jovem da banca, mas já reconhecido historiador; e o filósofo José Arthur Giannotti.

Dos cinco membros da Banca, três estavam vivos em 2015. Conversei com Carlos Guilherme Motta e com José Arthur Giannotti. Por razões políticas internas, a Escola da Cidade decidiu não levar à frente o projeto de publicação do



volume para o qual esses depoimentos estavam previstos.

Conforme verá o leitor, a visão de Giannotti sobre o trabalho intelectual de Artigas é bastante desabonadora, embora o trabalho de Artigas como arquiteto propriamente dito seja objeto de seus francos elogios. Examinada com o devido cuidado, a perspectiva de Giannotti é na verdade generosa para com os arquitetos, na medida em que os libera para serem aquilo que sabem ser. Ele não está cobrando dos demais profissionais que mimetizem a filosofia, pelo contrário, está advogando o reconhecimento das singularidades. Isto, afirma ele, é tudo o que não tem sido feito, razão pela qual o desempenho insatisfatório do intelectual Artigas resulta, segundo Giannotti, não tanto das pretensões diletantes de um profissional da tectônica quanto das distorções causadas por uma carreira universitária de estruturação monolítica. A entrevista foi realizada em 31 de março de 2015, na casa do próprio Giannotti, no bairro paulistano do Morumbi. Agradeço a Marco Giannotti, que permitiu a publicação póstuma da transcrição na revista *Discurso*.

José Guilherme – Poderíamos dividir a conversa em duas frentes. Primeiro, uma mais pessoal, lembranças do concurso, esse tipo de coisa. Outra propriamente analítica ou crítica daquela situação em si e também do próprio Artigas, se você quiser. Fiz uma conversa semelhante a essa com o Carlos Guilherme [Mota], foi ótima, ele ficou emocionado, você não vai ficar porque não é dado a sentimentalismos. Por onde você quer começar? Pela nota pessoal?

José Arthur Giannotti – Não, nota pessoal eu não tenho a fazer, porque não conheci o Artigas tanto assim. Eu quero dizer algo, primeiro, a propósito do próprio concurso, que foi uma farsa. Certo? O Artigas já era um grande arquiteto, já tinha feito inclusive o prédio da FAU. Aí ele foi aposentado, como a gente. E, como a universidade é maluca, e ela tem artistas, mas quer que esses artistas cumpram um currículo que é igual ao do físico, ao do matemático, ao do sociólogo, o Artigas – que não tinha feito essa carreira – tinha sido aposentado [em 1969]. E embora tivesse a autoridade de um professor titular, tinha sido aposentado como auxiliar de ensino. Muito bem. Quando ele volta [em 1980], quando todos nós voltamos, ele volta como auxiliar de ensino. Até que a Congregação da FAU foi generosa e o considerou como “notório saber”, alguém que, portanto, poderia fazer o concurso de titulação. Coisa que não aconteceu, por exemplo – você era muito jovem e não vai se lembrar disso –, com um biólogo que voltou depois de uma carreira brilhante nos Estados Unidos, e também seria posto como auxiliar de ensino, mas sei que deram um jeito para melhorar. Então, o

Artigas foi obrigado a fazer um concurso nos termos tradicionais, como faz um sociólogo, e nós fomos obrigados a examinar o Artigas como se ele fosse um escritor. Ora, a obra escrita do Artigas não tem nada de excepcional. Ele é um grande arquiteto. Então, o que é que eu pude fazer? Encher o saco dele. [risos] Não tinha outra coisa.

J. G. – Percebe-se. Lendo os anais da prova e da arguição, isso fica claríssimo. E você começa a sua fala, ali, dizendo justamente isso. Você diz, você deve se lembrar: “Estamos cantando pela flauta enviesada da burocracia, desta burocracia que abafa a Universidade de São Paulo e que transforma este concurso num absurdo”...

J. A. G. – Que legal. Eu disse isso?

J. G. – Sim, e em seguida você diz que a sua primeira intenção era não argui-lo...

J. A. G. – Mas, então, o que eu fiz? Explorei a ambiguidade desses intelectuais que tinham passado pelo Partido Comunista e tinham sido obrigados a exercer uma função pública que os degradava.

J. G. – Por que os degradava?

J. A. G. – Por exemplo, um dos maiores físicos brasileiros, que era o [Mario] Schenberg – certo? –, participava do Partido Comunista. Eu às vezes o via, quando frequentava encontros do Partido, ele ia, sentava-se, fechava os olhos e falava – e falava muito bem. Chegava o domingo, ele era utilizado para vender o jornal do Partido na Praça do Patriarca, ou por ali. Um físico da qualidade intelectual do Schenberg, e o Partido não tinha outra coisa a fazer com ele a não ser mandá-lo vender jornal. Certo?

J. G. – Num determinado momento da conversa de vocês ele diz querer “pedir

desculpas à história” pela “condição de jovem”, por ter usado certas palavras, ter chamado o Frank Lloyd Wright de safado...

J. A. G. – Eu explorei justamente isso, para mostrar como os intelectuais da minha geração tinham feito concessões que, em geral, nós não deveríamos ter feito. E ele aceitou muito bem, e tal, e com isso nós terminamos. Foi isso o concurso.

J. G. – Essa é uma versão muito reduzida do que aconteceu ali.

J. A. G. – Por que, teria outra dimensão?

J. G. – Eu acho que tem sim, e tem coisas curiosas. Uma delas é que a arguição do Milton Vargas, quando nós a lemos, o que está discutido ali é o mesmo assunto do seu famoso capítulo de *Trabalho e reflexão*, “O artilho do trabalho”. Pela ordem, uma discussão sobre a técnica, a técnica entre os gregos, as modificações que essa concepção sofre na modernidade, ou sob o capitalismo etc. Aparece a questão da técnica, do artista, da matéria, da forma etc. Quando lemos aquilo, pela primeira vez, o pensamento é dizer “bom, quando chegar a vez do Giannotti, isso vai crescer”. Mas você simplesmente não envereda por esse caminho, muda completamente de assunto. Você tinha acabado de escrever *Trabalho e reflexão*, mas a conversa não lhe interessou, você achou que ela estava encerrada e se deu por satisfeito. Ou achou que eles estavam dizendo tanta “besteira” que resolveu falar de outra coisa?

J. A. G. – Não! Eu estou numa banca para que o candidato se exprima. Não estou lá para exibir a minha sapiência, nem discutir, do ponto de vista da Grécia, ou

dos bantos, como é que a técnica se desenvolve. Certo?

J. G. – Mas o Artigas quis discutir isso! Ele juntou esse material ao seu próprio memorial, aquela famosa aula magna dada na FAU, antes da cassação, “O desenho”, onde ele – vá lá, que de forma um pouco atabalhoada – diz coisas sobre o que poderia ser uma filosofia do desenho e do projeto. A oportunidade estava dada.

J. A. G. – Estava dada, mas veja só... Eu não vou pegar o Artigas e começar a arguir por aquilo em que ele é menor. Eu não tinha interesse nenhum em mostrar para o Artigas que eu era um sabichão naquelas coisas, alguns professores, por exemplo, sempre mostram isso. [risos]

J. G. – Havia professores da geração do Artigas, eles estavam lá, entre amigos...

J. A. G. – Sim, entre amigos eles diziam “você é sabichão em arquitetura, eu sou sabichão nessas coisas tais”. Não era do meu interesse. Quando estou cumprindo uma função, eu a cumpro, não me exibo.

J. G. – Mas, então, eu lhe pergunto, por que você aceitou ir àquele concurso? O Artigas lhe interessava?

J. A. G. – Ele era um colega para quem eu tinha que reparar uma injustiça. O problema ali era a justiça da universidade. O sujeito é um grande arquiteto, com todos os defeitos que você pode apontar nele, mas tinha sido aposentado e – mais ainda – estava sendo humilhado, voltando como auxiliar de ensino. Era minha função, em nome da dignidade universitária. Então, eu tinha que aceitar. Fui lá cumprir a minha função. Mais nada. Agora, eu lamento que o concurso não tenha sido um momento em que a arquitetura do Artigas pudesse ser discutida. Não se es-

queça que aquele grupo tinha uma pretensão muito ampla que era dizer: “Brasília está sendo feita desse jeito, nós vamos fazer a USP de outro jeito”... Então, começou com o Artigas, depois o Paulinho [Paulo Mendes da Rocha] fez o projeto para a Faculdade de Filosofia. Está certo? A construção foi começada, veio o golpe [1964] e ela foi enterrada. Depois fizeram aquela merda [*sic*] que está lá. Antes, tinham feito já uma parte do Crusp, mas suspenderam a construção daquele espigão dizendo que os estudantes poderiam atirar através da janela. Com o prédio já pela metade, ele mandou destruir, e ofereceu à administração da Faculdade de Filosofia que aproveitasse aquela estrutura deitando-a. É aquela coisa horrorosa, aquele salsichão que nós temos na Universidade, onde está a administração da FFCLH. Eu estava na Congregação, mas nem tive a ideia, que era elementar, de pelo menos cortar em dois e juntar fazendo um H, e não aquele salsichão.

J. G. – Eu até concordo com você, tem pouco de arquitetura no debate do concurso, e realmente, quando chega no final, o Eduardo Kneese tenta repor isso dizendo, certas coisas... Você releu recentemente?

J. A. G. – Não.

J. G. – Bom, só eu fiz a lição de casa?

J. A. G. – Me desculpe. A minha lição de casa é dizer o que me lembro. Eu não iria preparar uma lição para essa entrevista.

J. G. – Pois bem. O Kneese, quando chega no final, diz algo assim: “Legal tudo isso e tal, mas olha, o candidato é um arquiteto então eu gostaria de dar a ele a oportunidade de comentar os seus trabalhos”... E aí, a resposta dele ao

Kneese foi a de passar slides e ir falando sobre várias casas e vários projetos que tinha feito, e fazendo comentários irônicos sobre si mesmo...

J. A. G. – Sim, tinha muito senso de humor.

J. G. – Você acha, de todo modo, que o concurso toma um rumo improdutivo?

J. A. G. – Ele começou improdutivamente. Foi no final que deram a oportunidade a ele de se mostrar como arquiteto. Agora, o concurso deveria ser um concurso com gente ligada à arquitetura, que pudesse fazer um exame dos trabalhos do Artigas como arquiteto. Mas a Universidade não incorpora... O meu problema é que a Universidade não incorpora esse tipo de trabalho até hoje! Os artistas passam mal dentro da universidade. Porque eles têm que seguir o Currículo Lattes, que não é feito para avaliar artistas.

J. G. – Em relação a essa questão do Artigas e da militância comunista, há ali uma claríssima provocação sua em relação ao “Partidão”, não? E você chega a dizer “eu já pertencia a uma outra geração, já lia um pouco de Trotski”... Você fala isso...

J. A. G. – Trotski era um nome feio... Eu tenho a língua solta...

J. G. – Eu “já tinha uma certa desconfiança em relação a essa utopia”, você diz...

J. A. G. – Tem algo de mais sério ainda. Veja. A minha geração ainda, uma boa parte, passou pelas células comunistas. Eu, primeiro, não tenho disciplina para entrar numa célula comunista. E, mais ainda, já quando eu estava na faculdade, encontrei [Claude] Lefort, que foi um dos fundadores de “Socialisme ou Barbarie” e um dos críticos virulentos da burocracia soviética. Portanto, desde cedo, eu já tinha a desconfiança em relação à burocracia soviética. A única vez em que eu me

inscrevi num partido foi quando nós fundamos o PT. Eu estava lá, no Colégio Sion. Mas, como a turma mais radical achou que tinha muito burguês assinando a ata, roubaram a ata, como você sabe.

J. G. – Eu não sabia.

J. A. G. – É, roubaram a ata e aí me avisaram, “Giannotti, você tem que passar pela sede do partido para assinar livro novamente”. Eu obviamente já não fui mais. Se começa desse jeito, eu tô fora. [risos] Agora acharam a ata, então eu vou requerer ao PT a carteirinha de sócio-fundador. [risos]

J. G. – Vai ter que se desfiliar do PSDB primeiro.

J. A. G. – Eu não sou filiado ao PSDB. Eu sou tucanóide, nunca tucano, e cada vez menos.

J. G. – Está bem. Desenvolva um pouco o problema dessa má relação da sua geração – ou do seu círculo intelectual – com essas ingerências do “Partidão”.

J. A. G. – Não, não eram ingerências do “Partidão”, veja bem. O problema é que nós precisamos compreender que vínhamos de uma crítica do capitalismo. E essa crítica do capitalismo, para nós, era radical. Era fundamental, e assim por diante. Ora, a crítica se dava, politicamente, através dos movimentos ligados ao comunismo, ao socialismo. Mas havia um lado autoritário nesse processo, e demorou muito para que a gente fizesse o expurgo desse viés. Aliás, existem muitas pessoas até hoje que não fizeram esse expurgo. Essa é a questão. Então, o caso do Artigas, para mim, era exemplar de como uma geração tinha de certo modo cortejado um lado digamos assim... autoritário – certo?

–, num momento em que deveríamos reforçar nossa democracia. Não entender o caráter ambíguo do próprio Wright é, a meu ver, uma falha – não de caráter – mas de um tipo de formação que era ligada a esse comunismo.

J. G. – Quando você disse: “Artigas, você é o artista comunista em extinção”, em que estava pensando?

J. A. G. – Estava pensando justamente naquela geração dele, Portinari e assim por diante, que nunca mais... O último exemplar desse artista ambíguo que ainda era capaz de não tomar distância desse lado autoritário e ditatorial foi o Niemeyer, que nunca abandonou o Partido. Certo? Ora, eu acho que, artista ou não, na medida em que você vem a ser um intelectual, a sua função é ser crítico, não só do seu trabalho, mas da vida cotidiana. Enfim, língua solta é uma característica do intelectual.

J. G. – Eu entendo isso, e vejo as razões. Mas, com toda a liberdade que você sempre inspirou em seus alunos, às vezes olho aquela discussão de vocês e ela me parece um pouco bizantina... O cara foi assimilado pelo mercado, caiu no gosto... Isso não é algo que aconteceria, de alguma forma? Não é um esquema que se repete na história das artes?

J. A. G. – A necessidade de ser absorvido pelo mercado ninguém desconhece. O problema é como você participa do mercado. Você participa do mercado jogando nele e depois fazendo a crítica comunista? Desculpe. Essa contradição é que eu queria apontar.

J. G. – Acho que você aponta, inclusive com certa dureza. Mas acho que ela só se torna uma discussão interessante quando vocês finalmente vão para o problema do

Mies [van der Rohe]. Sabe? Você se lembra disso? Quando sai um pouco dessa contradição...

J. A. G. – Veja bem, eu tinha que partir da contradição evidente, eu tinha que partir daquele grande artista que tinha escrito aquelas besteiras.

J. G. – Mas isso não se aplica ao Niemeyer também?

J. A. G. – Eu não estava analisando o Niemeyer.

J. G. – Mas essa questão do artista que se filia ao partido comunista, ou coisa que o valha, e que depois termina virando... Você fala, ironicamente, sobre a casa da Elza Berquó, mas também sobre “a obra de classe média ilustrada”. São palavras suas: “essa faculdade [FAU-USP] que você [Artigas] pensou como o templo de ensino da arquitetura, é sem dúvida a escola mais grã-fina da Universidade de São Paulo”...

J. A. G. – Até que eu estava afiado.

J. G. – Vá lá, mas isso não é algo que sai ao controle, escapa ao controle do cara?

J. A. G. – Mas, veja bem, quando nós temos uma atividade social... Mas eu não tenho controle daquilo que eu digo. Até certo ponto, sim, depois a vaca vai. Pelo contrário, hoje, tudo o que eu digo enviesam de uma forma escandalosa.

J. G. – É que isso parece um pouco aquela coisa do Pasolini, “eu abjuro a Trilogia da Vida porque ela foi assimilada”, caiu no gosto da pequena burguesia, que eu odeio.

J. A. G. – Eu nunca fui pasoliniano. Em que ano foi feito o concurso?

J. G. – 1984.

J. A. G. – Nós estávamos numa situação totalmente diferente da de hoje.

J. G. – Então, que situação era aquela?

J. A. G. – Estávamos saindo de uma ditadura, apostando numa democracia – certo? –, com traços já de volta de uma política burocrática, que nós tínhamos que combater.

J. G. – Onde estavam esses traços visíveis? Na própria universidade?

J. A. G. – Sim, na própria universidade. Não esqueça que a universidade sempre foi ambígua. Não esqueça que a universidade não foi violada pela ditadura. A universidade colaborou com a ditadura! Ela fez uma comissão de expurgo. Essa comissão listou 72 pessoas a serem expurgadas. Uma reação contra aquilo limitou o processo aos 28 que nós fomos. Mas, havia muito mais. A comissão era dirigida por alguns professores. Então, desculpe, mas a universidade não vinha carregando essa cruz. E, portanto, naquele momento em que estávamos voltando para a universidade e queríamos voltar a pensar a universidade numa sociedade democrática, nós tínhamos que fazer a crítica disso. E eu estava lá para fazer a crítica disso. Eu não estava lá para enaltecer o Artigas apenas. É óbvio que eu tinha que enaltecer o grande arquiteto que ele tinha sido e estava sendo. Mas tinha também que mostrar a ambiguidade do processo.

J. G. – Na sua visão de momento, de todos os arguidores você é o que menos parece – digamos – sob influência dessa atmosfera redentora que havia ali.

J. A. G. – É que eu sempre desconfiei do caminho pelo qual a universidade estava enveredando e tenho a impressão de que eu estava correto, porque a universidade hoje está inteiramente isolada e burocratizada. Então, eu via inclusive, no doutrinamento para o qual a universidade estava

caminhando, um perigo para ela. Não esqueça que logo depois, no próprio Departamento de Filosofia houve um racha. Porque as pessoas mais à esquerda começaram a dizer que a lógica formal era coisa do imperialismo americano e forçaram justamente o Porchat a sair do departamento. Ele aceitou, foi fundar o CLE em Campinas, e levou consigo para a Unicamp quatro professores da melhor qualidade – Luiz Henrique [Lopes dos Santos], Carlos Alberto [Ribeiro de Moura] e os Loparics [Andrea e Zeljko].

J. G. – O discurso ao seu ver se espelha? A crítica do internacionalismo como instrumento de uma dominação imperialista... Philip Johnson... Mies... Naquele momento, você escreve *A universidade em ritmo de barbárie...*

J. A. G. – Sim, naquele momento eu já começo uma crítica dessas questões.

J. G. – Você acompanhou esse processo de burocratização quando estava fora? Ou foi na sua volta?

J. A. G. – Não, veja bem. Embora nós estívéssemos aposentados, nós tínhamos uma presença na universidade. Então, mais ou menos, eu estava vendo. O que me deixou muito assustado foi a politização das questões filosóficas, sociológicas e assim por diante. De repente, tudo parecia que tinha que passar pelo crivo da crítica ideológica.

J. G. – Mas o quê, exatamente, um *gauchismo*?

J. A. G. – Um *gauchismo soixante-huitard*, que terminou prejudicando enormemente a Universidade. Coisa que ainda permanece atualmente. De um lado, você tem trabalhos de altíssima competência, de outro lado, você tem os professores ideológicos gritando a crise

do capitalismo, a eterna crise do capitalismo, sem pensar que o capitalismo se modificou. A universidade entrou num casulo e não está saindo para fora. Hoje, na crítica da crise atual, em que nós estamos, você conta com a presença da universidade? De jeito nenhum.

J. G. – Aniquilou-se a si mesma?

J. A. G. – Aniquilou-se não, pois há gente de altíssima qualidade. Ela se castrou. Agora chega, né?

J. G. – Chega.

J. A. G. – Não estou emocionado.